

ENTREVISTA COM A PROFA. DRA. SONIA MARI SHIMA BARROCO - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL (BIÊNIO 2024-2026)

Sonia Mari Shima Barroco¹; Marilda Gonçalves Dias Facci²

RESUMO

Entrevista realizada com a presidente atual da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE, Sonia Mari Shima Barroco. Ela é professora aposentada do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. A entrevista versa sobre sua trajetória na área de Psicologia Escolar e Educacional e sobre a relação estabelecida com a ABRAPEE. A professora também expõe sobre a formação e a atuação de psicólogas/as na educação, apresentando desafios a serem superados. Além disso, aborda a relevância da formação continuada, fortalecendo a ação profissional no cotidiano na escola. As informações relatadas na entrevista, entrelaçadas com alguns episódios que contextualizam a educação no Brasil, fornecem subsídios para reflexões sobre o desenvolvimento da Psicologia na área da educação e sua importância, principalmente, para a defesa de uma escola direcionada para a formação humana.

Palavras-chave: Psicologia Escolar e Educacional, educação, ABRAPEE

Interview with Doctor Professor Sonia Mari Shima Barroco - President of the Brazilian Association of School and Education Psychology (Biennium 2024-2026)

ABSTRACT

Interview realized with the current president of the Brazilian Association of School and Education Psychology – ABRAPEE, Sonia Mari Shima Barroco. She is a retired professor of the Department of Psychology of the State University of Maringá and permanent professor in the postgraduation program in Psychology of the Federal University of Rondônia and of the postgraduation program in Psychology of the Federal University of Amazonas. The interview is about her trajectory in the area of School and Education Psychology and the relation she has established with the ABRAPEE. She also talks about the formation and the practice of psychologists in education, while presenting challenges to overcome. In addition, she approaches the relevance of continued formation, strengthening professional practice in the everyday life of schools. The information presented in the interview, in combination with some episodes that contextualize education, provide subsidies for reflection on the development of Psychology in the area of education and its importance, especially in defense of a school that aims at human formation.

keywords: School and Education Psychology, education, ABRAPEE

Entrevista con la Prof. Dra. Sonia Mari Shima Barroco, presidenta de la Asociación Brasileña de Psicología Escolar y Educacional (bienio 2024-2026)

RESUMEN

Entrevista realizada a la actual presidenta de la Asociación Brasileña de Psicología Escolar y Educacional – ABRAPEE, Sonia Mari Shima Barroco. Es profesora jubilada del Departamento de Psicología de la Universidad Estatal de Maringá y profesora permanente del Programa de Posgrado en Psicología de la Universidad Federal de Rondônia y del Programa de Posgrado en Psicología de la Universidad Federal de Amazonas. La entrevista trata sobre su trayectoria en el área de Psicología Escolar y Educativa y sobre la relación establecida con ABRAPEE. La profesora también expone sobre la formación y el desempeño de los psicólogos en la educación, presentando los retos que hay que superar. Además, aborda la relevancia de la formación continua, fortaleciendo la acción profesional en el día a día de la escuela. La información proporcionada en la entrevista, entrelazada con algunos episodios que contextualizan la educación en

¹ Universidade Federal de Rondônia – Porto Velho – RO – Brasil; Universidade Federal do Amazonas – Manaus – AM – Brasil; contato@soniashima.com.br

² Universidade Estadual de Maringá – Maringá – PR – Brasil; marildafacci@gmail.com

Brasil, oferece elementos para reflexionar sobre el desarrollo de la psicología en el ámbito educativo y su importancia, sobre todo, para la defensa de una escuela orientada a la formación humana.

Palabras clave: Psicología Escolar y Educacional, educación, ABRAPEE

Marilda: Sonia, sabemos que você tem uma longa trajetória da área de Psicologia Escolar. Como você se aproximou desta área? Conte um pouco da sua trajetória.

Sonia: Primeiramente gostaria de expressar que é um prazer e uma honra participar desta entrevista como psicóloga e como Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional- Biênio 2024-2026.

Bem, esta primeira pergunta é muito importante e me remete à minha biografia... Embora no cotidiano possamos ser interpeladas com a ideia de que o que importa é como as coisas terminam, para nós que atuamos com a/na Psicologia Escolar e Educacional, o resultado de algo – de uma situação, um fato ou fenômeno - está vinculado à sua gênese/emergência, ao processo de sua constituição e de seu desenvolvimento. Isto porque já está consolidado nesta área de estudos e de atuação profissional que aquilo que se apresenta no processo de escolarização tem uma história atrás de si, e que precisa ser recuperada, analisada e superada ou reafirmada naquilo que for positivo e relevante para os propósitos pessoais e para as finalidades educacionais.

Entendo, pois, que os rumos da biografia de cada pessoa têm relação intrínseca com seus interesses e motivos pessoais, e, estes, com os espaços temporais, geográficos e socioculturais nos quais se desdobram os diferentes momentos de sua vida, como bem indica Vigotski em nas Terceira e Quarta Aulas (2010; 2018) quando aborda sobre hereditariedade, meio e vivência, dentre outros conceitos, para explicar a constituição social dos sujeitos culturais.

Vigotski (2010, p. 683) escreve que “... o meio, no sentido imediato dessa palavra, modifica-se para a criança a cada faixa etária. Alguns autores dizem que o desenvolvimento da criança consiste na gradativa ampliação de seu meio”. Explica que o meio da criança vai do útero da mãe a um mundo estreito nas etapas iniciais após seu nascimento, inicialmente “formado por aparecimentos de objetos ligados ao seu corpo”, sendo que paulatinamente vai transitando “de um mundo muito pequeno, o mundo do quarto, o mundo do parque mais próximo, da rua” (Vigotski, 2010, p. 683). Para o autor,

Depois, o meio se modifica por força da educação, que o torna peculiar para a criança a cada etapa de seu crescimento: na primeira infância, a creche; na idade pré-escolar, o jardim de infância; na escolar, a escola. Cada idade possui seu próprio meio, organizado para a criança de tal maneira que o meio, no sentido puramente exterior dessa

palavra, se modifica para a criança a cada mudança de idade. Mas isso é pouco. Até mesmo quando o meio se mantém quase inalterado, o próprio fator de que a criança se modifica no processo de desenvolvimento conduz à constatação de que o papel e o significado dos elementos do meio, que permaneceram como que inalteráveis, modificam-se, e o mesmo elemento que possui um significado desempenha um papel numa determinada idade, mas dois anos depois começa a possuir outro significado e a desempenhar um outro papel por força das mudanças da criança, isto é, pelo fato de a relação da criança para com aquele elemento do meio ter se modificado (Vigotski, 2010, p. 683).

Sob esse entendimento, a aproximação com a educação, tornando-me uma profissional desta área - psicóloga escolar e professora da educação básica e superior-, deve-se a um longo processo de relação com o *meio*.

Vale dizer que nasci na década de 1960, em Maringá/PR, numa família de pai imigrante japonês e de mãe que era filha de imigrantes japoneses. Eles tiveram cinco filhos, criados sob a visão de que a educação escolar era algo obrigatório, indiscutível, e, muito desejável. Como a educação era um “valor comungado”, mesmo sem muitos recursos, e vivendo a realidade local de uma cidade do interior fundada em 1947, a família assinava revistas e jornais publicados nas línguas portuguesa ou japonesa. Ou seja, de um modo ou de outro, o meio da minha família era de letramento e de valorização da apropriação do conhecimento.

Durante a minha infância, adolescência e juventude, ser professor/a era algo relevante, almejavável para a minha família, assim como o era para muitas outras nas décadas de 1960 a 1980. Embora não tivéssemos subsídios para analisar mais criteriosamente a respeito dessa valorização da profissão docente, ela estava internalizada por nós.

Nas disciplinas cursadas na graduação em Psicologia nos anos de 1980, notei quão importante era estudar a História da Psicologia e a História da Educação com suas diferentes demandas e seus importantes personagens para se pensar em novos campos, como o da Psicologia Escolar.

Estudamos, por exemplo, que em décadas anteriores já se notava o empenho do professor Anísio Teixeira (1900-1971) em prol da escola laica, pública e gratuita para todos - algo que ainda hoje é pauta de luta (Gouvêa & Mendonça, 2006). Ele, entre outros relevantes educadores e pensadores brasileiros, lutou pela superação

do analfabetismo e pela escolarização das pessoas mais pobres, além de empenhar esforços para a criação das Escolas Normais visando a formação de professoras - sob os marcos do escolanovismo. Também teve participação ativa na constituição da Universidade de Brasília (UnB) e da própria pós-graduação brasileira, atuando pela criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Anísio Teixeira viveu a busca pela reinvenção da educação superior, entrelaçando as diversas áreas do saber e visando formar profissionais engajados na transformação do país. Segundo o próprio site da UnB¹,

[...] a construção do campus brotou do cruzamento de mentes geniais. O inquieto antropólogo Darcy Ribeiro definiu as bases da instituição. O educador Anísio Teixeira planejou o modelo pedagógico. O arquiteto Oscar Niemeyer transformou as ideias em prédios. Os inventores desejavam criar uma experiência educadora que unisse o que havia de mais moderno em pesquisas tecnológicas com uma produção acadêmica capaz de melhorar a realidade brasileira.

Importante ressaltar que, ainda que grande parte da sociedade maringense e brasileira não se desse conta, a história da educação estava sendo “escrita” por todas as pessoas, nas mais diferentes frentes, e o curso de graduação em Psicologia da UEM a desvelava. Assim, a compreensão a respeito da importância da escola e da docência foi se ampliando conforme foram sendo empreendidos estudos relativos à história da educação brasileira ou das ideias pedagógicas/educacionais, em contato com textos como os de Manacorda (1999), Saviani (2007) e Warde (2025), entre outras elaborações.

Nesse curso pude relacionar a minha infância, que se deu sob a ditadura militar, com um movimento de empenho para o Brasil sair da condição de país subdesenvolvido, sendo que as famílias deveriam ser estimuladas a “melhorar de situação”, com ordem, para haver progresso.

Segundo Silva (2021), a década anterior (os anos 1970) foi um período de recrudescimento da repressão e de esforço de consolidação do projeto desenvolvimentista. Nele, houve grandes campanhas de propaganda em jornais, rádios e canais de televisão visando ressaltar o ufanismo à nação e a promover a adesão popular aos princípios da “revolução” militar, com slogans como: “Ninguém segura o Brasil”, “Este é um país que vai pra frente”, “O Brasil é feito por nós”, “Povo desenvolvido é povo limpo” - este contando com o personagem Sujismundo (p. 454).

Com os estudos promovidos pela graduação e, depois, pela pós-graduação, é que pude compreender melhor que sem a universalização dos serviços funda-

mentais, como da oferta de água potável e da coleta e tratamento de esgoto para toda a população brasileira, recaía sobre o povo mais pobre a responsabilidade por suas mazelas, como a vida em meio à sujeira, à imundície – sem que a sociedade questionasse que as condições de vida não dependem somente dos sujeitos *de per si*. Naquele contexto, de pouca informação e de pouco conhecimento sendo veiculado entre as pessoas, sobretudo as mais pobres, a respeito de políticas públicas, Sujismundo ia fazendo sucesso, o preconceito e as violências se expandindo, e ia se fortalecendo a ideia de que cabia às famílias estudarem os filhos para terem uma vida melhor.

Os anos 1980 foram de ebulição de movimentos sociais em busca da queda da ditadura militar e em favor da democracia. Numa direção oposta ao militarismo, esses movimentos, como os vinculados à Igreja Católica, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se embasam na Teologia da Libertação, lançam luz sobre as mazelas como sendo não de sujeitos descompromissados com a vida social, mas impostas ao povo latino-americano e brasileiro por dada forma de governança, havendo a necessidade de se ter justiça social (Freitas & Noronha, 2023).

Nesse período, na UEM, docentes vindos de diferentes estados começaram a ser contratados, e eles traziam consigo a pauta central de uma ciência crítica, que se ocupasse também da justiça social. Foi no recém-criado curso de Psicologia, que tinha a opção de licenciatura plena, o que garantia a oferta de disciplinas específicas, é que me deparei com o seguinte enfrentamento: a visão de mundo e de sociedade pela qual se entende que os sujeitos *de per si* são os responsáveis pelo que são e pela vida (difícil, ruim) que levam, dizia respeito à ideia/ideologia dominante. A essa ideologia se atrelava também a concepção de que a sociedade brasileira seria aberta, isto é, de que as pessoas poderiam ascender de uma classe social à outra contando com os seus próprios esforços, seus méritos e aproveitando as oportunidades existentes.

Concomitantemente aos estudos de autores como os citados anteriormente, em diferentes disciplinas éramos desafiadas a estabelecer relações entre a constituição dos sujeitos e dos fenômenos psicológicos aos fatos, aos processos históricos, às leis e políticas, entre outros conteúdos. Embora isso não fosse algo simples e tranquilo, cada vez mais, evidenciava-se que esses fatores contextuais não somente expressavam a cotidianidade das pessoas, mas alteravam a concepção de si mesmas, da sociedade e dos próprios horizontes que poderiam vislumbrar para suas vidas. Assim, iam se fortalecendo propostas de intervenção em Psicologia sob o viés de criticidade, isto é, visando analisar e superar o *status quo*, levando o saber dessa ciência a alcançar o maior número de pessoas – daí os estágios curriculares (na época, em clínica, organizacional/trabalho e escolar) serem preferencialmente vinculados às instituições

¹ <https://www.unb.br/a-unb/historia>

públicas (creches, escolas públicas, unidades básicas de saúde - recém-criadas, associações de bairros etc.).

Embora o currículo do curso estimulasse essas intervenções críticas, ao mesmo tempo, havia a prevalência de uma formação para a clínica e sob a perspectiva da psicanálise – o que poderia dar uma dimensão de futuro profissional mais plausível. Assim, ainda significava uma exceção o interesse de algumas pessoas pela Psicologia Escolar, sob o reconhecimento da importância da escola e das pessoas profissionais da educação à sociedade, visto não haver alguma “garantia” do exercício profissional.

Após a conclusão do curso, vinculei-me à área clínica/da saúde. Em uma unidade básica de saúde (UBS) onde atuava, constatei que grande parte das crianças atendidas vinha de encaminhamentos das escolas, sob queixas de não aprendizagem – fenômeno estudado por Boarini (1993). Também me vinculei à Rede Estadual de Educação, como professora da Educação Básica, em diferentes cursos, assumindo diferentes disciplinas e atividades, permanecendo nela por quase dez anos. Paulatinamente, fui concebendo com a minha prática profissional que, se a educação escolar por si mesma não transforma a sociedade, ela transforma aqueles que por ela passam – como era o meu caso -, como aponta Saviani em seus escritos (2001, 2008).

Por meio da formação inicial e do exercício profissional, fui dimensionando quanto a escola (em seus níveis, etapas e modalidades) com suas práticas, com as relações que promove entre os sujeitos que ensinam e que aprendem, e desses sujeitos com os conhecimentos (científico, artístico, filosófico etc.), vai forjando em cada pessoa um edifício cultural sobre a base biológica que a natureza lhe deu (Vigotskii & Luria, 1996). Tal edifício se estabelece num processo de constituição da genericidade em cada sujeito.

Dito de outro modo, minha aproximação com a Educação e a Psicologia Escolar como áreas de exercício profissional foi ocorrendo conforme eu mesma ia sendo educada: quando criança e na adolescência num ambiente familiar de letramento, em escolas públicas de periferia e central; na juventude num curso de Psicologia considerado de vanguarda no cenário nacional, visto que implicado com a retomada da democracia e com a revogação do Ato Institucional nº 5, com as nascentes Psicologia Social e Psicologia Comunitária, com o Sistema Único de Saúde e outras políticas públicas.

Nos cursos de pós-graduação, continuei nesse exercício de ir para além do aparente, do que se mostrava ou se percebia à primeira vista, em busca por explicações das gêneses, dos processos constitutivos e das múltiplas determinações implicadas nos objetos delimitados para desvelamentos. Por esses processos educativos/formativos, foi se consolidando a concepção de que o conhecimento ensinado, promove a aprendizagem, a sua apropriação, e isto movimenta e complexifica o psiquismo, as funções psicológicas superiores - tanto

de quem ensina quanto de quem aprende (Vigotskii & Luria, 1996; Fribida, Facci, & Barroco, 2021).

Marilda: Muito importante as informações apresentadas, entrelaçando sua história com a história da sociedade e da educação. Dando continuidade à nossa conversa, quando você se ingressou na Abrapee e na diretoria da Associação?

Sonia: A ABRAPEE foi criada em 1990 e foi oficializada em 1991, quando ocorreu o I Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional – CONPE. Contudo, a primeira vez em que participei de um evento da ABRAPEE foi em 1988, no IV CONPE, que ocorreu na UNIPE, em João Pessoa – PB. O evento foi muito interessante, sendo o primeiro de grande porte de que participei. Já contava com a editoração de uma revista científica – atualmente com Qualis A2. Contudo, naquele momento em que me adentrava à Associação, desdobrava-se um processo do qual eu não tinha a devida dimensão. Vale aqui expor o que relata Witter (1999) sobre o que ocorria e que impactava a Revista da ABRAPEE:

A editoração científica sofre o impacto de variáveis distintas, que facilitam ou dificultam o processo, podendo mesmo inviabilizá-lo.

Na área de Psicologia em geral, e em Psicologia Escolar, em particular, o mesmo ocorre. Tivemos, em João Pessoa, a realização do IV CONPE contando com a presença de cerca de 600 pessoas e a colaboração da comunidade, especialmente de entidades locais. Após o evento procuramos organizar a matéria apresentada para publicar os anais. Meses preciosos foram consumidos no contato com autores, organização documental e elaboração de projeto para obter financiamento para publicação. O volume ficou muito grande e o custo alto.

Apesar do empenho não conseguimos ajuda. Nestas circunstâncias [sic], em reunião de Diretoria, decidimos, para o IV CONPE e os eventos futuros, não mais publicar os Anais, decisão esta similar à maioria das sociedades científicas. Apenas os resumos serão publicados nos próximos eventos. Os interessados poderão encaminhar a matéria, posteriormente, ao nosso periódico.

Em relação ao IV CONPE, optou-se por publicar as conferências no nosso periódico. Os demais trabalhos estão sendo devolvidos aos autores para, se assim o desejarem, atualizarem e reformularem os mesmos, seguindo as normas para apresentação de trabalhos em Psicologia Escolar e Educacional. Os mesmos seguirão os trâmites normais para a publicação aqui referida.

Observa-se à época o registro das dificuldades enfrentadas na editoração, e que, infelizmente, ainda se fazem presentes para este e demais periódicos

acadêmico-científicos, demandando muitos esforços da Diretoria da ABRAPEE e Equipe Editorial para manter qualidade e periodicidade sem financiamento próprio. Considero oportuno registrar aqui que, nessa direção, várias ideias já foram discutidas em fóruns específicos para editores, inclusive sobre a possibilidade de se conceder bolsas para editoração. No entanto, a maioria dos periódicos de reconhecida relevância acadêmico-científica e social, como a Revista Psicologia Escolar e Educacional - Abrapee, são mantidos pelos esforços de pessoas voluntárias (em grande parte, por professoras/es de instituições de ensino superior e estudantes de pós-graduação), que somam uma carga horária significativa dedicada ao trabalho editorial às suas rotinas já suficientemente extenuantes.

Isso é importante que seja registrado para que a discussão seja ampliada e aprofundada, visando políticas próprias que atentem às especificidades desse trabalho que algumas associações têm. Hoje, considero que a editoração científica atua retroalimentando os eventos científicos-profissionais, e estes a ela.

Retomando o que vinha expondo, ao longo dos anos, participei das outras edições do evento, em outras localidades e sob temáticas diferentes. Eles foram de grande importância para compreensão do exposto por Witter (1999), e pelos conteúdos teóricos e sobre o exercício da profissão, visto que em 1988 assumi como professora concursada na Universidade Estadual de Maringá, na vaga de supervisora de estágio curricular em Psicologia Escolar.

Em relação à minha trajetória na diretoria da ABRAPEE, ela abrange alguns períodos e ocupando cargos diferentes, sendo de 2012 a 2014 como 1ª Tesoureira; de 2014 a 2016 como 2ª Tesoureira, de 2022 a 2024 como Presidente eleita, de 2024 a 2026 como Presidente Atual.

Acho importante ressaltar que de 2010-2012 assumi como Coordenadora da Representação no Estado do Paraná – ainda não tinha a configuração atual de Coordenação Colegiada, embora já nos organizássemos desse modo. Considero que estar participando ativamente em uma Representação, ou estar à frente da sua Coordenação é fundamental. Isto porque nelas se revelam as grandes questões nacionais afetas à Educação, bem como as especificidades locais e regionais. Isto forja a formação no âmbito das políticas públicas, dos aspectos teórico-metodológicos, bem como demanda o exercício de aplicação desse cabedal desenvolvido e/ou apropriado na cotidianidade das redes e nas instituições de ensino.

Marilda: Para você, por que é importante se associar à ABRAPEE?

Sonia: São várias as razões, nos âmbitos da formação e da atuação profissional, para estudantes e profissionais da Psicologia e de áreas afins se associarem, mas certamente que as vantagens financeiras para participação dos eventos promovidos pela ABRAPEE nacional e pelas representações estaduais devem ser consideradas.

A ABRAPEE, desde a sua criação, promove eventos de reconhecida relevância profissional e acadêmica-científica. Neles, ocorrem encontros de profissionais e estudantes de graduação e de pós-graduação de todo o Brasil e de outros países para: apresentação de estudos teóricos sobre temáticas afetas ao campo educacional; divulgação de intervenções práticas junto às/aos redes de ensino, instituições, profissionais, alunos, famílias, propostas curriculares; discussão, proposição, avaliação e acompanhamento de políticas públicas educacionais; organização de grupos/redes de estudos, de pesquisas e de trabalho; divulgações de livros e de outros materiais/recursos relevantes para a formação e atuação profissionais, entre outras ações/atividades.

O principal evento é o Congresso Nacional de Psicologia Escolar (CONPE), que em 2026 estará em sua XVII edição. Pelo Quadro 1, é possível dimensionar o quanto a associação está compromissada com a formação e a atuação de profissionais da área e estudantes de mestrado e doutorado dos Programas de Pós-graduação em Psicologia, pesquisadoras/es, pós-doutorandas/os, psicólogas/os, assistentes sociais, pedagogas/os, professoras/es de educação básica, profissionais que atuam na área de educação e estudantes de Graduação e Licenciatura em Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e áreas afins, sempre como notório compromisso com a com a própria sociedade - tanto que se criou a atividade o ABRAPEE Social, que visa oferecer atividades formativas às pessoas profissionais das redes públicas de ensino da cidade que recebe e organiza o evento. Em torno de 1.000 pessoas têm se inscrito/acompanhado os últimos CONPEs.

Como se pode observar no Quadro 1, a ABRAPEE acompanha os rumos que a sociedade atual assume, e as questões que se apresentam às instituições educacionais básicas e superiores. As atividades (Conferências, Mesas-Redondas, Simpósios, Minicursos, Sessões de Comunicação Oral, Partilhando Experiências sobre Práticas Profissionais, Pôsteres e Lançamento de Livros, Fóruns de Debates, Visitas Guiadas, Cine Debates e Exposições) são propostas pela Comissão Científica de cada edição do evento, bem como são inscritas sob livre demanda, devendo passar pelo aceite de avaliadores *ad hoc*. Elas compõem as programações dos eventos, conforme atestam os anais de resumos e textos completos, contemplam temáticas como: Atuação em Psicologia Escolar e Educacional, Avaliação de queixas escolares, Educação e Direitos Humanos, Educação Especial e Inclusão, Educação Infantil, Educação Informal, Ensino de Psicologia, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Família e processos educativos, Formação de Professores Formação da/do Psicólogo Escolar e Educacional, Fracasso Escolar e Exclusão, História da Psicologia Escolar e Educacional, Escolarização, Leitura e Escrita, Medicalização da Sociedade e da Educação, Pesquisa em Psicologia Escolar e Educacional, Políticas Públicas e Educação, Processos de Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Educação Indígena, Educação e Questões de

Quadro 1 - Edições dos CONPEs.

EVENTO	LOCAL	ANO	TEMA
I CONPE	Valinhos / SP	1991	Psicologia Escolar
II CONPE & 14 TH ISPA CONFERENCE	Campinas / SP - PUCCAMP	1994	O desafio da Psicologia Escolar: o futuro da criança na escola, família e sociedade
III CONPE	Rio de Janeiro – RJ	1996	Prevenção e Saúde Mental na Educação
IV CONPE	João Pessoa / PB - UNIPE	1998	Psicologia na Educação: construindo o amanhã
V CONPE	Itajaí / SC – UNIVALE	2000	Psicologia Escolar e Educacional: Tendências para o século XXI
VI CONPE	Salvador /BA – URB	2003	Educar, mudar e desenvolver: perspectivas da Psicologia Escolar e Educacional
VII CONPE	Curitiba / PR - Universidade Tuiuti	2005	Psicologia Escolar e Educacional: da teoria à prática escolar
VIII CONPE	São João del Rey / MG UFSJ	2007	Psicologia Escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas
IX CONPE	São Paulo / SP – UPM	2009	Psicologia Escolar e Educacional: Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
X CONPE	Maringá / PR – UEM	2011	Psicologia Escolar e Educacional: Caminhos trilhados, caminhos a percorrer
XI CONPE	Uberlândia / MG – UFU	2013	Psicologia Escolar e Educacional: Compromisso Ético-Político com a Educação
XII CONPE & 37TH ISPA - CONFERENCE	São Paulo / SP – UPM	2015	Escolas para todos: políticas públicas e práticas dos psicólogos
XIII CONPE	Salvador / BA – UFBA	2017	Democratização da Educação
XIV CONPE	Campo Grande / MS - UFMS	2019	Educação, Inclusão e Direitos Humanos: Interlocuções com a Psicologia Escolar e Educacional
XV CONPE (on-line)	Belo Horizonte / MG – UFMG e UNA	2022	Psicologia Escolar e Educacional e Lei 13.935/2019: compromisso com a educação democrática
XVI CONPE	São Paulo / SP; UNIP – Campus Paraíso	2024	Profissionais da Educação: por uma Psicologia em Defesa dos Direitos Humanos
XVII CONPE	Cascavel / PR UNIOESTE	A ser realizado em 2026	Psicologia Escolar e Educacional e a Valorização do Trabalho Docente: Escola Presente!

Gênero, Violência e Preconceito na Escola e Educação Profissional e Tecnológica.

Vincular-se à ABRAPEE também significa estar sendo representada/o nas especificidades e nos interesses da Psicologia Escolar junto às outras entidades de Psicologia, tendo mais chances de seus interesses estarem sendo defendidos. Explicando melhor, como associação vinculada ao Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira (FENPB), a ABRAPEE mantém contato com outras várias outras entidades, incluindo o Sistema Conselhos de Psicologia, com as finalidades de:

- promover a ação conjunta das entidades da psicologia para o desenvolvimento da ciência e profissão e o enfrentamento dos desafios da sociedade brasileira;
- ampliar a articulação entre as mais diversas áreas e campos que integram a Psicologia como ciência e profissão;
- definir políticas e projetos voltados à melhoria da

qualificação científica e profissional de psicólogos e psicólogas;

- fortalecer a pesquisa em Psicologia no Brasil e a difusão do conhecimento científico aqui produzido;
- contribuir para ampliar a participação democrática nas entidades representativas, divulgando suas ações, buscando potencializar suas incidências junto à categoria e à sociedade;
- divulgar a psicologia à sociedade brasileira, ressaltando sua qualidade técnica e científica e seu exercício ético, contribuindo com a consolidação de uma percepção positiva das intervenções da psicologia como ciência e profissão.
- ampliar, entre docentes, pesquisadores e profissionais, a consciência sobre a importância de participarem de entidades representativas de seus campos de interesse. (FENPB, 2025).

Como consta em seu site, Dentre as importantes ações históricas das quais o FENPB esteve ativamente implicado citam-se alguns exemplos: a criação da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia

(ULAPSI), da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), da Associação Nacional de Psicólogos Negros e Pesquisadores (ANPSINEP), bem como o apoio político à criação do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI), que culminou em uma qualificação dos instrumentais técnicos profissionais (testes) dos psicólogos brasileiros. O FENPB sempre esteve preocupado com a divulgação e a capilaridade do conhecimento científico psicológico. Por essa razão, uma outra ação de relevância do Fórum foi a articulação com o CFP para a criação da Biblioteca Virtual da Psicologia - BVS-PSI, assumindo o Conselho Editorial, demonstrando apoio e também participando, à época, da gestão desse grandioso projeto (FENPB, 2025).

Outra importante ação do FENPB, contando com a participação ativa da ABRAPEE, é a realização do Congresso Brasileiro de Psicologia, que em 2025 esteve em sua sétima edição, e tem reunido mais de 3.000 inscritos em cada uma delas. As pautas defendidas pela ABRAPEE têm sido contempladas no maior evento de Psicologia do mundo – considerando-se que o Brasil é o país com maior número de pessoas psicólogas.

Os eventos promovidos pelas representações estaduais (São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rondônia e Piauí) também ajudam a subsidiar e a nortear a Psicologia Escolar Brasileira. As especificidades locais/regionais são alvo de maior atenção, num diálogo próximo entre as coordenações colegiadas dos estados e as pessoas afiliadas à ABRAPEE. A eleição de temáticas, de tipos de atividades, de pessoas convidadas etc. depende dessa proximidade, contribuindo para que possa ser dimensionada a Psicologia Escolar do Brasil.

Pelo exposto, é possível constatar que a Associação promove a Psicologia Escolar ao incentivar o seu crescimento como uma área da ciência e ao estar comprometida com a regulamentação dessa profissão, como atuou em relação à Lei 13.935 de 2019. Esta lei prevê a contratação de profissionais de Psicologia e do Serviço Social pelas redes públicas de ensino, compondo equipes multiprofissionais. Ao longo da luta pela regulamentação dessa lei, e agora pela sua implementação, tem havido uma participação ativa na composição de grupos de trabalho, nos âmbitos nacional e estaduais. Desses grupos resultaram, dentre outros, materiais que podem subsidiar profissionais, legisladores, executores e gestores, como esses apresentados a seguir por título e com links de acesso:

- Documento de subsídios para a implementação da lei 13.935/2019, disponível em: [ubsdiosparaaImplementaodaLei13.9352019VFinal-1.pdf](#)

- Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, disponível em: [manual_lei_13935-final-web-1.pdf](#)

- Psicólogas e Assistentes Sociais nas escolas - apoio cotidiano ao processo de escolarização, disponível em: [cartilha_educacao_A5-1-1.pdf](#)

Mas, antes mesmo desses grupos serem constituídos, destaco que o Conselho Federal de Psicologia publicou as *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica* (disponível em: 009-Crepop-Referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-na-educacao-basica.pdf). Em 2013 publicou a 1ª edição e, em 2019 a 2ª. Neste material, que contou com a participação muito notória da ABRAPEE, as/os psicólogas/os encontram subsídios para práticas profissionais voltadas para o enfrentamento de questões que afligem as redes e as escolas ou que podem norteá-las para resultados mais efetivos dos seus trabalhos. As temáticas são abordadas sob os seguintes eixos: 1) Dimensão ético-política da atuação da(o) psicóloga(o) na educação básica; 2) A psicologia e a escola; 3) Possibilidades de atuação da(o) psicóloga(o) na educação básica; 4) Desafios para a prática da(o) psicóloga(o).

Com todos esses saberes produzidos, a ABRAPEE foi sendo cada vez mais reconhecida no cenário nacional e se credenciando para participar de espaços muito importantes sobre as políticas públicas da educação. Um deles é na Comissão Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – CNEEPEI / MEC, juntamente com diferentes entidades.² A CNEEPEI analisou e incidiu sobre políticas referentes à educação especial e à inclusão escolar. A esse respeito, mantém a defesa de que pessoas com e sem deficiências devem ser educadas com vistas à formação da genericidade. Assume que não é o fator biológico que impede ou obstaculiza o desenvolvimento, mas as relações travadas entre os sujeitos. Dito de outro modo, põe-se em concordância

² Secretaria de Educação Básica (SEB); Secretaria de Educação Superior (SESU); Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); Secretaria de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino (SASE); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed); União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); Amigos Múltiplos da Esclerose (AME); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); Associação Brasileira de Pesquisa em Educação Especial (ABPEE); Associação Nacional de Pesquisa e Financiamento da Educação (Fineduca); Associação Brasileira para Ação por Direito das Pessoas Autistas (Abraça); Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (Anadep); Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa do Direito das Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência (Ampid); Associação Nacional dos Surdos Oralizados (Anaso); Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT); Instituto Cáue; Conselho Brasileiro para Superdotação (Conbrasd); Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB); Instituto Rodrigo Mendes (IRM); Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB).

com o contido na Lei Brasileira da Inclusão – Lei 13146, em defesa da concepção social da deficiência.

Como é possível notar, vive-se sob diferentes disputas, e as razões expostas demonstram a importância que o associar-se à ABRAPEE tem para profissionais da área e para a educação em geral.

Marilda: Você trouxe valiosas informações sobre a ABRAPEE... Para você, qual a finalidade do trabalho da/o psicóloga/o escolar?

Sonia: Sendo as/os psicólogas/os escolares profissionais que atuam regularmente na Educação visando o alcance das suas finalidades, essas pessoas devem ser consideradas profissionais da Educação. Como tais, precisam considerar que o desempenho de suas atribuições se volta ao alcance dessas finalidades, apoiadas em seus princípios, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394 de 1996:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos *princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho* (Brasil, 1996, grifos nossos).

Conforme o Art. 3º, o ensino deve se apoiar em princípios como:

- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- pluralismo de idéias [sic] e de concepções pedagógicas;
- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- valorização do profissional da educação escolar; [...]
- garantia de padrão de qualidade; [...]
- consideração com a diversidade étnico-racial. [...]
- respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva [...].

O Art. 22 determina que “São objetivos precípuos da educação básica a alfabetização plena e a formação de leitores, como requisitos essenciais para o cumprimento das finalidades constantes do caput deste artigo”.

Em relação ao Ensino Médio, no Art. 35 constam como finalidades:

- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo

a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Brasil, 1996, grifos nossos).

Pela LDB Nº 9.394/1996, e considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Nº 8.069/1990; o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Nº 13.146/2015, o Plano Nacional de Educação – Lei Nº 13.005/2014, o Projeto de Lei Nº 2.614/2024 - Novo Plano Nacional da Educação em tramitação, entre outras leis e políticas, considero que a finalidade maior da Psicologia Escolar está em contribuir para que as pessoas profissionais consigam atuar ensinando e promovendo o saber sistematizado nas diversas áreas do conhecimento e que crianças, jovens e adultos consigam aprender, se apropriando da riqueza humana por meio dos componentes curriculares, de relações interpessoais mediadas pelo princípio da unidade afeto/cognição.

Dito de outro modo, todo o trabalho da/na Psicologia Escolar deve visar que o ensino e a aprendizagem possam ocorrer, movimentando o desenvolvimento (Vigotskii, 2010). Isso implica a sua participação efetiva na proposição, no acompanhamento, na implementação e/ou na avaliação de políticas públicas educacionais, considerando os âmbitos nacional, estadual, municipal e local. Para tanto, deve atuar junto aos profissionais da educação, às crianças da educação infantil e ao aluno da Educação Básica e Superior, e junto às famílias/comunidade, com atividades específicas e, também, compondo equipes multiprofissionais, visando a observação dos direitos humanos, dos direitos fundamentais (ONU, 1948; Brasil, 1988).

Marilda: Do seu ponto de vista, que aspectos são necessários para formar uma/um psicóloga/o para atuar na educação?

Sonia: Esta pergunta é muito importante. De modo geral, falamos que essa formação deve ser de qualidade e crítica, e considerando a Resolução CNE/CES Nº 1/2023, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Mas, para melhor compreensão do que isso significa no momento atual, é necessário recuar à regulamentação da profissão, à Lei Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que “dispõe sobre [sic] os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo” (Brasil, 1962), e ter uma concepção crítica a seu respeito. Isto porque nela consta que:

Art. 13. - § 1º Constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os

seguintes objetivos:

1. diagnóstico psicológico;
2. orientação e seleção profissional;
3. orientação [sic] psicopedagógica;
4. solução de problemas de ajustamento.

O pensamento teórico, promovido pela escola básica e superior, instiga a pensar que o papel da Psicologia Escolar como ciência e como campo de atuação não pode ser visando os objetivos descritos nesta lei citada. Antes, fica cada vez mais evidente a necessidade de se reconhecer quem são os sujeitos e como eles se constituem, reposicionando o fator biológico no curso do desenvolvimento ontogenético, identificando os impactos das condições econômicas, sociais, familiares para que possam participar e usufruir efetivamente do processo educacional ofertado pelas escolas. É preciso que a formação dessa/e profissional em Psicologia Escolar permita/oportunize o domínio das várias determinações que recaem sobre os sujeitos que ensinam (ou que deveriam ensinar) e que aprendem (ou que deveriam aprender) para as suas constituições como tais, em dados momentos de suas trajetórias de vida.

Desse modo, destaco a necessidade de que a formação leve ao conhecimento e ao domínio:

- das várias perspectivas teóricas existentes na Psicologia, que explicam o mundo, a sociedade, os sujeitos;
- das teorias de aprendizagem e do desenvolvimento humano;
- dos fundamentos filosóficos da educação;
- da história da educação;
- das políticas públicas da educação e de modo geral – que impactam na observação dos direitos de crianças, jovens, adultos, idosos; de pessoas que sofrem preconceitos e violências por questões étnico-raciais, religiosas, de deficiência, gênero, classe social.
- de diferentes práticas que revelam as demandas apresentadas à Psicologia Escolar, as dificuldades e os limites encontrados; as possibilidades ou as alternativas criadas; as metodologias adotadas; os resultados alcançados.

Esse repertório, que abrange fundamentos teóricos, filosóficos e metodológicos, dá subsídios para que as/os profissionais compreendam o contexto atual e a realidade que se revela localmente, sob uma dimensão dialética singular/particular/universal.

Marilda: Muito importante esses elementos da formação que você destacou... Mas, continuando nosso diálogo, quais são os maiores desafios para a atuação na área escolar?

Sonia: Para responder a esta questão, é preciso considerar que a escola é uma instituição criada pela

sociedade, logo, ela não se *insere* na sociedade; ela é sua criação. Assim, a escola reproduz os vícios e as virtudes da sociedade, ela reitera o modo de reprodução da existência consagrada a um dado momento histórico e a uma dada sociedade/cultura. Por esse entendimento, numa sociedade com notória desigualdade estrutural (Oxfam Brasil, 2024), a educação escolar não é ofertada da mesma forma para todas as pessoas.

Para a elite, a escola nos níveis básico e superior se apresenta de um dado modo, com um dado conteúdo e com vistas a manter ideias que possam se expandir e se fixar como as ideias dominantes na sociedade, sendo veiculadas entre educadores e educandos como as concepções corretas. Para as pessoas advindas de famílias de trabalhadoras/es assalariadas/os, a escola básica e superior também cumpre com os propósitos e as finalidades de manter a sociedade estruturada sobre classes sociais antagônicas - e em luta, ainda que se negue a existência desta. Neste caso, a escola forma estas pessoas à luz da precariedade: de prédios adequadamente construídos e equipados, de profissionais em número suficiente e com boa formação inicial e continuada, percebendo salários justos e com condições dignas de trabalho, com propostas curriculares fundamentadas no ensino do saber científico, histórico, filosófico, artístico etc. densamente trabalhado, e, por isso, com maior chance de ser apropriado pelo alunado.

Ao assumir um posicionamento crítico, torna-se um grande desafio à Psicologia Escolar contribuir para a formação humanística dos sujeitos, a formação integral, em tempos de apologia deliberada da barbárie e da defesa com convencimento da deposição da civilidade. Entre outros questionamentos, indaga-se: como auxiliar docentes na atividade de ensino; como apoiar para a geração de motivo para a atividade de estudo; como incidir para que haja matrícula (líquida, em tempo previsto), frequência e permanência com dignidade e com ensino e aprendizagem, terminalidade com apropriação e certificação (o mais próximo possível do tempo previsto para idade e periodização do desenvolvimento).

A desvalorização do/a professor/a e do conhecimento, num contexto de apologia à mera informação e de desdém ao domínio do conhecimento em sua radicalidade, entre outros aspectos, reproduz na escola o que está presente na sociedade. Daí, embora pareça redundante, ainda cabe reiterar o que escreve Saviani (2001; 2008). Sua abordagem não está centrada em discutir o conceito de democracia, mas em retomar algumas teorias da educação e como o tema da marginalidade é concebido. É notório que a educação escolar não consegue ser um instrumento de equalização social ante a desigualdade estrutural; contudo, tampouco se consegue avançar no enfrentamento às contradições que se avolumam sem contar com ela.

Assim, o desafio maior está em reconhecermos que a barbárie está cada vez mais próxima das famílias, das

escolas, dos alunos. Não estamos vivendo “apenas” na sociedade da mercadoria, na qual tudo se negocia a dado preço inclusive as pessoas, mas de deposição das condições de vida em coletividade. Vale lembrarmos o que escreveu Alexis de Tocqueville (1805-1859) sobre a democracia na América (EUA)

Cada pessoa, mergulhada em si mesma, comporta-se como se fora estranha ao destino de todas as demais. Seus filhos, seus amigos constituem para ela a totalidade da espécie humana. Em suas transações com seus concidadãos, pode misturar-se a eles, sem, no entanto, vê-los; toca-os, mas não os sente; existe apenas em si mesma e para si mesma. E se, nestas condições, um certo sentido de família ainda permanece em sua mente, já não lhe resta sentido de sociedade (citado por Sennet, 1988, s.p.).

Sennet já tratava do declínio do homem público, da cultura pública na década de 1970, citando o político francês Tocqueville. Atualmente as amarras à coletividade de fato se esgarçaram e fica cada vez mais difícil buscar o “bem comum”, sem destruirmos uns aos outros e o próprio planeta Terra.

Embora possa não estar evidente no cotidiano das redes e das instituições de ensino, a atuação em Psicologia Escolar é, pois, atravessada por esses aspectos, pelas contradições que são suscitadas pelo capitalismo na sua forma atual de perpetuação - por sua reprodutibilidade incontrolável valendo-se da indústria da destruição, produzindo conflitos e guerras, por exemplo.

É, pois, em meio a esse contexto que a implementação da Lei 19.935/2019 – que prevê a inserção de psicólogas/os e assistentes sociais na educação básica - encontra seus limites. Com a Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020 - (Novo FUNDEB) previu-se a inserção dessas/es profissionais no “mínimo de 70% do FUNDEB” para profissionais da Educação Básica, contudo, com a Lei 14.276, de 27 de dezembro de 2021, deslocou-se Psicólogos e Assistentes Sociais para os “até 30% do FUNDEB”, para os que não são profissionais da educação. Isso tem tornado muito desafiadora a contratação desses dois profissionais pelas redes públicas de ensino, sob forma não precarizada e inserindo-os em planos de carreiras próprios.

Marilda: Afinal, o que faz a Psicologia na educação? Você já abordou essa questão anteriormente, mas gostaria que pudesse ajudar as/os leitoras/es deste periódico nessa compreensão ...

Sonia: Sob todas essas ponderações e exposições já expostas, considero que a Psicologia Escolar faz a diferença! Isto porque explica como os sujeitos se constituem, como o psiquismo e as funções psicológicas superiores se desenvolvem e o papel ocupado pela escolarização nesse processo constitutivo. Ela pode estar atuante na/no Educação Infantil, Ensino Fundamental - Séries Iniciais e Finais, Ensino Médio, e, Ensino Superior, em

suas diferentes modalidades. Suas atribuições, sob uma perspectiva crítica e inclusiva (CFP, 2019; 2021; MEC, 2025), abrangem a intervenção junto à/aos:

- Projetos pedagógicos, planos e estratégias;
- Políticas públicas educacionais;
- Processos de ensino e de aprendizagem juntamente com as equipes pedagógicas;
- Dificuldades nos processos de escolarização;
- Avaliação psicoeducacional;
- Integração família, educanda/o, escola;
- Formação continuada de professoras/es e profissionais da educação;
- Enfrentamento de preconceitos e violência na escola;
- Articulação intersetorial no território - Rede de Proteção Social;
- Fortalecimento da coletividade e da instituição escolar;
- Outros.

Na perspectiva adotada, a Psicologia Escolar promove maior consciência dos sujeitos sobre o mundo e sobre si mesmos.

Marilda: Que orientação você daria para as/os psicólogas/os que estão começando o trabalho na área de educação?

Sonia: A primeira orientação, de quem está na área há mais tempo, é a de que não parem de estudar, seja formalmente matriculadas/os em cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, de atualização, de formação continuada, participando de eventos formativos (encontros, congressos, lives etc.), de grupos de estudos.

Atualmente tem-se acesso a muitos materiais disponibilizados gratuitamente (livros, artigos etc.) de autores clássicos e contemporâneos, sob diferentes perspectivas/matrizes teóricas, abordando diferentes temáticas, sendo importante cuidar para não os empregar sem os devidos cuidados, visto que os pontos de partida e de chegada podem ser divergentes.

Em tempos de emprego da *inteligência* artificial de modo cada vez mais indiscriminado, o receio é de que a abstração, o pensamento que permite a análise, a síntese, a generalização, o desenvolvimento da inteligência, deixem de ser estimulados. Somando-se a esse receio, está o de que a Psicologia Escolar não se ocupe com o cultivo do germe da coletividade, considerando que “Através dos outros constituímos-nos” (Vigotski, 2000, p. 244). Assim, a promoção de atividades que promovam estas e outras funções psicológicas propriamente humanas, em prol da formação da humanidade nos sujeitos é uma direção a ser seguida.

Marilda: Com certeza temos muito a refletir com o que você expôs nesta entrevista, resgatando a sua trajetória pessoal e profissional e defendendo sempre uma educação que humanize todas as pessoas. Muito obrigada!

REFERÊNCIAS

- Boarini, M. L. (1993). *Unidades básicas de saúde: uma extensão da escola pública?* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://repositorio.usp.br/item/000739236>
- Brasil. (1988). Constituição. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal.
- Conselho Federal de Psicologia. (2020). *A(O) psicóloga(o) e a(o) assistente social na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935/2019*. CFP e CFESS. <https://site.cfp.org.br/>
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica* (2. ed.). Brasília, DF: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf
- Conselho Federal de Psicologia (Brasil). (2022). *Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira: o FENPB e suas histórias*. CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (Brasil). (2022). *Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente*. CFP.
- Firbida, F. G. B., Facci, M. G. D., & Barroco, S. M. S. (Eds.). (2021). *O desenvolvimento das funções psicológicas superiores na psicologia histórico-cultural: contribuições à psicologia e à educação*. Navegando Publicações. <https://econtents.sbu.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/view/166/201/717>
- Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira – FENPB. (s.d.). <https://fenpb.org/>
- Freitas, M. A., & Noronha, I. O. (2023). Comunidades eclesiais de base. In: *Movimentos sociais e educação: mútuas influências* (pp. 195-210). Editora UEMG. <https://doi.org/10.36704/9786586832167>
- Gouvêa, F., & Mendonça, A. W. P. C. (2006). A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-graduação no Brasil: um percurso com os boletins da CAPES. *Perspectiva*, 24(1), 111-132. Recuperado de <http://www.perspectiva.ufsc.br>
- Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962, 5 de setembro). *Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo*. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 9.253. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm
- Manacorda, M. A. (1999). *História da Educação – Da antiguidade aos nossos dias* (7. ed.). Cortez.
- Ministério da Educação. Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica. (2021). *Documento de subsídios para a implementação da Lei 13.935/2019*. [Sugestão de URL: Recuperado de <https://site.mec.gov.br/...>]
- Organização das Nações Unidas – ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Adotado e proclamado pela Assembleia Geral em sua Resolução 217 A (III) de 10 de dezembro de 1948. Recuperado de <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/identidade/carteira-de-documentos-digitais>
- Oxfam Brasil. (2024). *Um retrato das desigualdades brasileiras: 10 anos de desafios e perspectivas*. <https://www.oxfam.org.br>
- Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023. (2023). *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia*. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 55. Recuperado de <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-11-de-outubro-de-2023-518120795>
- Saviani, D. (2001). *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política* (34. ed.). Autores Associados.
- Saviani, D. (2007). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Autores Associados.
- Saviani, D. (2008). *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações* (10. ed.). Autores Associados.
- Sennett, R. (1988). *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. Companhia das Letras.
- Silva, J. C. de S. (2021). “Sujismundo” ditadura militar, propaganda e o ideal de “povo limpo”. *Revista Extraprensa*, 14(2), 452–470. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.184972>
- Universidade de Brasília. (s.d.). *História*. <https://www.unb.br/a-unb/historia>
- Vigotski, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21–44. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>
- Vigotski, L. S. (2010). Quarta aula: a questão do meio na pedologia. *Psicologia USP*, 21(4), 681-701. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400003>
- Vigotski, L. S. (2018). *Sete aulas de Vigotski sobre os fundamentos da pedologia*. (Z. Prestes & E. Tunes, Orgs. e Trad.; C. C. G. Santana, Trad.). E-papers.
- Vigotskii, L. S. (2010). Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar. In L. S. Vigotskii, A. R. Luria, & A. N. Leontiev, *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem* (11. ed., pp. 103-119). Ícone.
- Warde, M. J. (2025). *Uma trajetória, várias histórias: instituições, intelectuais, culturas*. Universidade Federal de São Paulo. <https://repositorio.unifesp.br/items/ccfa02cf-b845-469a-906b-91880493a919>
- Witter, G. P. (1999). Editorial. *Psicologia Escolar e Educacional*, 3(1), 7–9. <https://doi.org/10.1590/S1413-85571999000100001>

Recebido em: 15 de dezembro de 2025

Aprovado em: 16 de dezembro de 2025

Editora de Seção: Silvia Maria Cintra da Silva

Disponibilidade de dados: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo